

NOME: HUMBERTO LEANDRO DE MELO E SOUSA

TÍTULO: PARA ALÉM DAS GRADES: UM ESTUDO SOBRE OS DESAFIOS LOCAIS NA EXECUÇÃO PENAL EM DIAMANTINA E O PAPEL DOS FAMILIARES NO PROCESSO DE (RE)SSOCIALIZAÇÃO DOS RECUPERANDOS

AUTORES: HUMBERTO LEANDRO DE MELO E SOUSA, HUMBERTO LEANDRO DE MELO E SOUSA, ÁGUIDA MEIRA DE AGUIAR, ALANA BACELAR GONÇALVES, AMANDA AZEVEDO SILVA, KEILANA MARIA GUEDES DE ARAÚJO

AGÊNCIA FINANCIADORA (se houver): UEMG

PALAVRA CHAVE: EXECUÇÃO PENAL, COMUNIDADE, RESSOCIALIZAÇÃO

#### RESUMO

Objetivos: Traçar um diagnóstico da Execução Penal na região de Diamantina e dos desafios locais para a integração social dos condenados, apontando, quando possível, medidas que possam mitigar a realidade desincentivadora do sistema prisional atual e promover o efetivo cumprimento das determinações inseridas na Lei de Execução Penal. Objetivos específicos: Discutir o referencial teórico a fim de compreender a fenomenologia do crime e da punição, as penas e os respectivos regimes de cumprimento previstos na legislação penal. Levantar dados acerca da realidade dos presos nos estabelecimentos penais das região de Diamantina no que tange ao cotidiano do cumprimento das penas privativas de liberdade e políticas de inserção do egresso; Verificar as dificuldades encontradas pelo Poder Judiciário local e a comunidade civil organizada para a implementação de modelos alternativos ao sistema penitenciário tradicional. Elaborar e publicar a cartilha (impresa/virtual) de orientação aos familiares de recuperandos, com as informações necessárias e atualizadas para visitas. Local de realização das ações: Presídio Regional de Diamantina/MG, Fórum da Comarca de Diamantina (reuniões do Conselho da Comunidade) e Faculdade de Ciências Jurídicas de Diamantina. Metodologia: A pesquisa desdobra-se em três fases bem distintas. A primeira correspondeu à revisão bibliográfica, implicando na pesquisa, seleção, leitura, análise e fichamento do material bibliográfico escolhido. Neste momento, o grupo de pesquisa centrou a leitura e os debates na Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210/84), objetivando a compreensão de temas atinentes ao sistema penitenciário e à penalogia. A segunda fase, em fase de atualização de dados colhidos no PAEx 2013, tem caráter prático-descritivo, apresenta-se na forma de pesquisa de campo, a ser realizada principalmente nas dependências dos estabelecimentos penais da região de Diamantina. O professor-orientador e os alunos-orientandos estão elaborando os questionários para as entrevistas semiestruturadas, com a finalidade de levantar informações sobre a execução da pena no estabelecimento prisional local, abordando, dentre outras questões: as condições gerais do estabelecimento; as ações de saúde, laborais, educacionais, desportivas, culturais e de lazer; a segurança; os agentes penitenciários; o ambiente disciplinário; o funcionamento das visitas etc. A atividade de pesquisa a ser realizada pelos extensionistas demonstra caráter essencialmente qualitativo, caracterizando-se, sob este duplo enfoque, como pesquisa de natureza descritiva. A partir de dados primários gerados na pesquisa de campo, pretende-se refletir sobre as condições da execução penal na região e os principais desafios para implementar programas de ressocialização. A terceira etapa, objeto do presente projeto de extensão, sem descurar da importância de se associar extensão, ensino e pesquisa, compreenderá o confronto com os dados de pesquisa de campo do PAEx 2013, além da elaboração do Mapa visual, em forma de fluxograma, da rede de atores sociais envolvidos na questão da execução da pena na Comarca de Diamantina, e da cartilha (impresa/virtual) de orientação aos familiares de recuperandos, com as informações necessárias e atualizadas para visitas e acompanhamento social durante o processo de (re)ssociação. Forma de participação da comunidade interna e/ou externa: Na segunda etapa do trabalho, será intensificado o contato com membros da comunidade diamantinense, especialmente aqueles envolvidos direta (agentes públicos que atuam no estabelecimento prisional, membros do Ministério Público e Poder Judiciário locais, integrantes do Conselho Comunitário, voluntários do projeto da APAC local etc.) e indiretamente (familiares de presos em dias de visita) com o universo carcerário. Referenciais teóricos e Considerações parciais: Se observados os direitos e garantias individuais não atingidos pela condição de sentenciado, a execução penal, se bem realizada, se constituiria em exitoso instrumento de promoção social com vistas à plena aquisição da cidadania, principalmente em face da notória omissão do Estado no cumprimento dos deveres sociais constitucionalmente estabelecidos. Ressalvadas algumas experiências isoladas, as unidades prisionais têm perpetuado uma forma ancestral e perversa de punição. O modelo penitenciário tradicional – baseado no cárcere, no castigo e neutralização do delinqüente através de um sistema de segurança – experimenta franca decadência, caminhando para um caos talvez irreversível. Porém, os fatores que influenciam para tal situação não são recentes, tampouco localizados, constituindo-se em antigo e generalizado problema penal e penitenciário, onde normalmente: os direitos do preso assegurados na LEP não são observados; o pessoal penitenciário não é selecionado – e ainda é insuficiente – seguindo os princípios técnicos mais elementares. Por maior que seja a indiferença por parte considerável da sociedade brasileira para com as condições de cumprimento da pena e mesmo à vida do recuperando e do egresso, não é possível se demonstrar alheio à realidade oferecida pelas unidades de recolhimento tradicionais. Tal fato não é exclusividade de cidades grandes, pois também é alarmante o cenário carcerário (cadeias públicas, presídios e penitenciárias) das cidades mineiras do Mesorregião do Vale do Jequitinhonha e do Mucuri. Avaliação da ação: Trata-se de um projeto em desenvolvimento e compreende o período de apenas nove meses o que, desde o início, nos exigiu adequar as nossas expectativas ao desafio do trabalho proposto. A extensão universitária, aliada à pesquisa e ao ensino, propicia um trabalho de integração e intermediação, permitindo o acesso dos atores sociais envolvidos (na área da execução penal) a saberes e novos conhecimentos com vistas à ações em prol do coletivo e à auto-organização. Dessa maneira, a extensão universitária (re)valoriza a vida cotidiana local de forma compartilhada.